

CONVERSA CAPITAL

VÍTOR BENTO PRESIDENTE DA APB

“Prioridade à dívida. Não estamos folgados”

O excedente deve ser usado para “tapar buracos no barco”, avisa o presidente da APB. Em entrevista ao Negócios e à Antena 1, Vítor Bento alerta que um país que deve quase tanto quanto o que produz num ano tem de ter cautela na despesa.

HUGO NEUTEL

hugoneutel@negocios.pt

ROSÁRIO LIRA, ANTENA 1

SÉRGIO LEMOS

Fotografia

O país não está de bolsos cheios, pelo contrário, alerta o presidente da Associação Portuguesa de Bancos (APB). Em entrevista ao Negócios e à Antena 1, Vítor Bento avisa que o excedente deve de ser usado para precaver ventos contrários no futuro.

Como olha para a discussão em torno do excedente?

Um país que deve um ano do seu rendimento nunca tem excedente, não tem dinheiro a mais, pelo contrário, tem a menos. O excedente não significa que de repente estejamos folgados. Não estamos. Continua a ser importante gerir o crescimento da despesa pública. Era importante que conseguíssemos reduzir a dívida para níveis sustentáveis. Vivemos num ambiente relativamente tranquilo, mas o mundo pode mudar. Pode haver muita incerteza, a economia pode entrar em reces-

são, as taxas de juro podem subir muito mais, e aí uma dívida desta dimensão continua a ser um problema muito sério. Se o mar se encapelar, o nosso barco fica em situação muito frágil. É muito importante solidificarmos o barco, tapar os buracos por onde possa entrar a água, e isso implica dar prioridade à redução da dívida pública.

Corremos o risco de cair na lógica de atender a reivindicações com consequências negativas nas contas públicas?

Temos muitos setores a pressionar e é legítimo que as pessoas queiram ter melhores condições de vida. Mas a economia pode ou não satisfazer essas aspirações. Também é natural que numa situação de maior fragilidade política haja maior pressão desses setores para tentarem ganhar capacidade negocial. Admito que vamos ter pela frente, nos próximos meses, um acréscimo de tensão social, mas creio no bom senso não apenas do Governo, mas também das oposições, porque grande parte da resolução dos problemas vai depender da capacidade de negociação e do acordo entre o Governo e as oposições.

A questão da redução da dívida pública torna-se mais óbvia pelo facto de estarmos à beira da entrada das novas regras do Pacto de Estabilidade e Crescimento, que nos vão obrigar a atingir 90%?

Sim, mas é pena que seja assim. Devia ser uma preocupação sistémica. A natureza do problema devia levar-nos a ter consciência de que essa devia ser uma prioridade. O potencial de crescimento da despesa vai ser condicionado pelas regras até conseguirmos reduzir a dívida para níveis sustentáveis.

Para isso a economia tem de crescer. Mas como?

Quem cria riqueza são as empresas. É fundamental que tenham condições para aumentar a produtividade. E uma das coisas que é importante para estes dois desígnios é a dimensão, que por um lado permite criar escala e diluir custos fixos e por outro permite pôr em prática processos que levem à essência da economia, que é com recursos escassos conseguir o maior resultado possível. Um dos recursos escassos que temos é o capital, e portanto importa que o capital esteja aplicado sobretudo em atividades que possam gerar mais valor acrescentado.

Significa a redução da carga fiscal sobre as empresas?

Eu acho que sim, seria importante. Temos um sistema fiscal, no que diz respeito às empresas, que taxa o capital, que é progressivo, em que a taxa sobe com o volume dos lucros. Um maior volume de lucros não significa maior rentabilidade. Significa apenas que são empresas de maior dimensão, portanto, aplicam mais capital. Se aumentamos a taxa de imposto a quem tem mais capital, estamos a

desincentivar a acumulação de capital. Estamos a estimular que as empresas sejam pequenas e não cresçam e que não haja atrevimento para investir em grandes empresas. Por um lado, [devemos] acabar com a progressividade do imposto sobre as empresas. A progressividade deve aplicar-se a rendimentos pessoais, porque os dividendos são taxados em IRS, e aí quem tem mais rendimento paga uma taxa maior.

As novas regras europeias podem pôr em causa a redução da carga fiscal?

Vão apertar a margem dos governos. Mas eles podem sempre fazer combinações entre receita e despesa. Com ganhos de eficiência, podem não sacrificar as intenções distributivas da economia. ■

“Reduzir a taxa de IRC para 15% parece-me um bom objetivo”

O país está pressionado por urgências, mas o objetivo do Governo de reduzir a taxa de IRC vai no sentido certo, diz o presidente da APB em entrevista ao Negócios e à Antena 1.

Este é um bom Governo?

Vou utilizar um cliché. Os governos são como os melões, depois de abertos é que sabemos. Todos compramos os melões que nos parecem me-

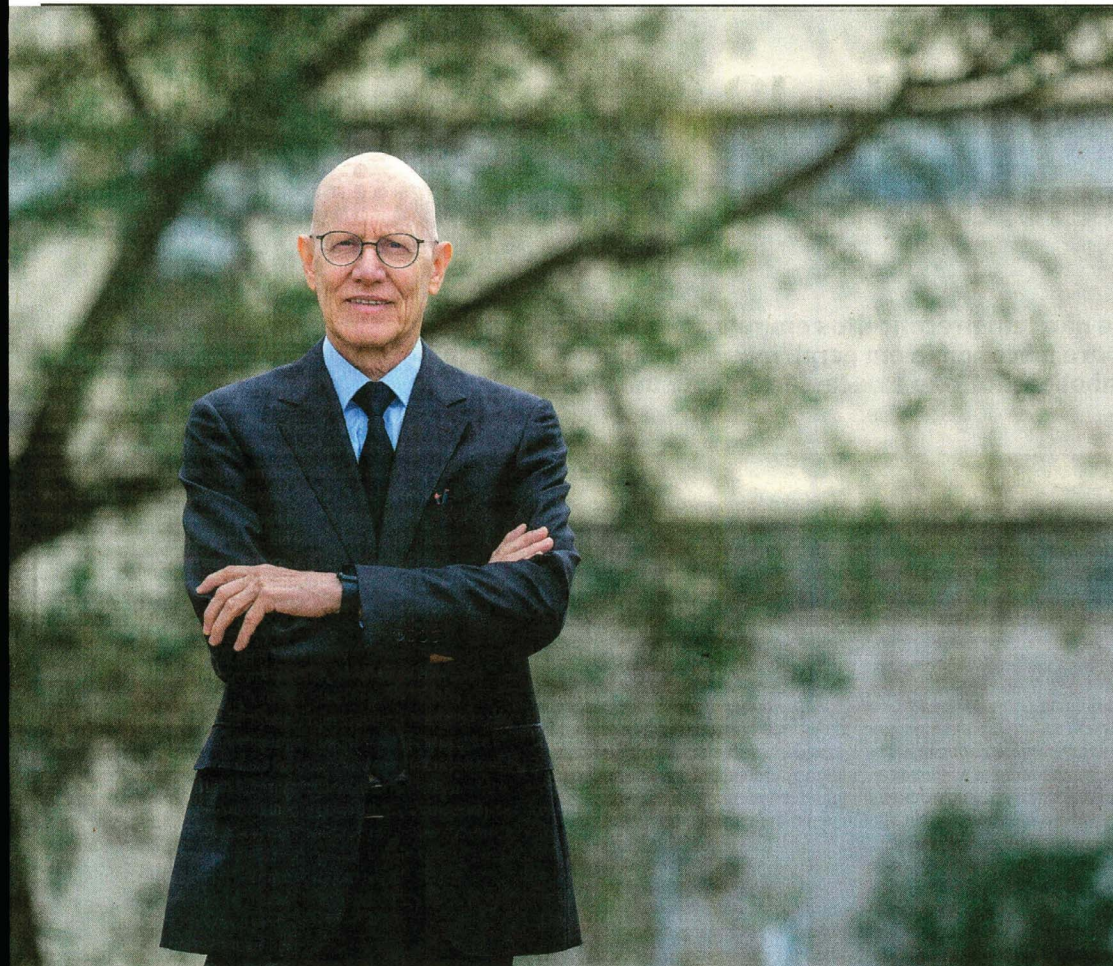
lhor. Pela aparência, parece um bom Governo, preparado para os desafios.

O facto de assentar numa maioria relativa e poder ter vida curta preocupa?

Coloca desafios de estabilidade. A norma europeia é mais esta do que aquilo a que estamos habituados: é uma fragmentação parlamentar e a necessidade de negociação

“Se o mar [da economia] se encapelar, o nosso barco fica em situação frágil.”

“Admito que vamos ter pela frente, nos próximos meses, um acréscimo de tensão social.”



PERFIL

O economista e filósofo que gosta da horta

O atual presidente da Associação Portuguesa de Bancos tem uma carreira que une a larga experiência de gestão ao universo político. A sua formação também junta dois mundos distintos: à Licenciatura em Economia e formação posterior em Governança nas empresas, adicionou um mestrado em Filosofia e um doutoramento em Ciências Sociais. Em 1996 foi o fundador e primeiro presidente da agência que gere a dívida pública portuguesa (IGCP), onde permaneceu até ao ano 2000. Passou depois por cargos de responsabilidade em várias empresas provadas, com destaque para a liderança da SIBS durante 14 anos. Também foi CEO da Unicre e administrador não executivo da Galp. Um dos cargos que lhe deu mais visibilidade foi, no entanto, um dos que ocupou durante menos tempo: em 2014, durante três meses, sucedeu a Ricardo Salgado na presidência do Banco Espírito Santo, fazendo a transição para o Novo Banco. Gosta de jardinagem: cuidar da horta “é mais barato do que ir ao psicólogo”, brinca.

permanente. E o que vemos na Europa, em geral, funciona.

Aqui não tem funcionado.

Provavelmente teremos de aprender com práticas dos outros. Não há razão para que não funcione. Depende da vontade e capacidade negocial dos intervenientes.

O Parlamento parece ter dificuldade nos consensos...

Vamos ver. Neste momento há tiros para o ar, [para] marcar presença e território. À medida que os problemas forem sendo enfrentados, entramos na dinâmica real.

Há necessidade de um orçamento retificativo?

Não faço ideia. Não sei qual é o grau de folga na despesa.

Há capacidade para uma redução fiscal?

Ao nível das empresas, julgo sim, e uma das coisas que valia a pena ser considerada é um “trade-off” entre a redução da taxa de IRC e a revisão dos benefícios fiscais. Isso provavelmente poderá dar margem de manobra.

A eliminação da taxa reduzida de IRC ou das derramas?

Das derramas, sim. Sobre a taxa reduzida, não vou entrar. Outra adversidade é o facto de a estrutura fiscal ser bastante instável e mudar com muita frequência.

O objetivo de reduzir o IRC para 15% é o caminho certo? Parece-me um bom objetivo.

Qual deve ser a prioridade? Deve ser assegurar um crescimento sustentado que crie condições para o aumento da produtividade. Uma delas é ter empresas

maiores. Temos um mecanismo mental que nos condiciona pelo pequenino. Não conheço mais nenhum país onde se come um almocinho, se fuma um cigarrinho, se anda num carrinho e se mora numa casinha. Se calhar por isso é que temos uma estrutura excessivamente centrada em microempresas. Precisamos de mais empresas de maior dimensão e isso implica não ser hostil ao lucro.

As medidas populares podem não ser as indicadas?

Depende da dinâmica política. É provável que o Governo tenha de assegurar um mínimo de popularidade para ter condições para governar e isso pode levar a alterar a ordem de prioridades.

É preciso estimular poupança?

A escassez de produtos de poupança é um problema.

A banca pode comercializar Certificados de Aforro, mas só um banco aderiu...

Não surpreende, nem creio que venha daí um problema. Os certificados, na essência, são depósitos. Não fico surpreendido que uma instituição que capta depósitos tenha menos interesse em

vender depósitos para outros.

Devem ser mais rentáveis?

Depende de quem gere a dívida pública. São praticamente depósitos à ordem. Para o Estado também convém não ter um excesso de dívida aplicado num instrumento que pode ser volátil. ■

“Neste momento [na política] há tiros para o ar, [para] marcar território.”

“Há um mecanismo mental que nos condiciona pelo pequenino. O almocinho, o carrinho, a casinha.”

VÍTOR BENTO PRESIDENTE DA APB

Capital espanhol? “Depende da quantidade e do equilíbrio”

Vítor Bento garante que não tem preconceitos em relação ao capital estrangeiro. Falando sobre a economia em geral, mas sem excluir a banca, diz que a “espanholização” não é necessariamente um problema.

HUGO NEUTEL

hugoneutel@negocios.pt

ROSÁRIO LIRA, ANTENA 1

SÉRGIO LEMOS

Fotografia

Não há falta de concorrência bancária em Portugal, garante o presidente da Associação Portuguesa de Bancos (APB). Em entrevista ao Negócios e à Antena 1, Vítor Bento, que foi reeleito para um novo mandato à frente da organização, prefere não falar em casos concretos (como o do Novo Banco, que procura comprador, e do BCP, que teve uma alteração na estrutura acionista com a diminuição de posição da Fossum), mas questionado sobre o papel do investimento estrangeiro – e em particular do espanhol – no país, assegura que não deve existir desconfiança em relação à origem do capital.

O mercado bancário em Portugal é suficientemente concorrencial?

É. Temos mais de 30 instituições bancárias a concorrer entre si. Além de que o mercado é aberto, não há barreiras à entrada. Qualquer um que tenha licença europeia pode entrar.

Uma consolidação no setor seria positiva?

Não faço ideia. São decisões que os bancos terão de avaliar. Enquanto presidente da Associação Portuguesa de Bancos, não posso pronunciar-me sobre a vida interna dos associados.

O momento que a banca vive torna-a mais atrativa?

É normal em todas as empresas, sobretudo a partir de determinada dimensão, que as suas equi-



pas estejam permanentemente a olhar para essas coisas, para evitar serem tomadas ou para poderem tomar. Depois há circunstân-

cias que podem ser mais propícias a haver mais movimentos e há circunstâncias que são mais adversas. Talvez neste momento, pelo

facto de haver uma certa tranquilidade, até por força dos resultados, pode haver mais apetites de ações nesse sentido.

pondem às regras da economia de mercado. Os juízos analíticos podem ser interessantes para uma conversa, mas não têm consequências práticas.

“O mercado é concorrencial. Temos mais de 30 instituições a concorrer entre si.”

“Não faço ideia [se uma consolidação é positiva]. Os bancos terão de avaliar.”

Num mercado relativamente pequeno como é o português, faz sentido existirem tantas instituições financeiras de dimensão proporcionalmente significativa?

Mas quem é que faz esse juízo? Somos nós da nossa cátedra, ou é quem está diretamente operacional no mercado? Diria que é quem está diretamente operacional, desde que haja concorrência, em condições que corres-

O Novo Banco procura comprador, o BCP teve uma alteração na estrutura acionista que poderá não ficar por aqui. É de esperar que o sistema financeiro venha a ser detido cada vez mais por capital estrangeiro?

Sinceramente, não faço ideia. Há uma escassez de capital em Portugal e obviamente isso constituiu um ponto de vulnerabilidade

ID: 110499057

08-04-2024

“A diferença entre um veneno e um remédio é a quantidade.”

“Não estou à espera de instabilidade laboral no setor.”

não apenas do setor, mas da economia. Significa que o país como um todo tem de poupar mais, acumular mais capital.

E também atrair capital estrangeiro?

Não há nenhuma hostilidade ao capital estrangeiro, pelo contrário. Estou a responder nos termos em que perguntou. Não há nenhum problema de haver capital estrangeiro.

Nem na chamada “espanholização”?

Como em todo o lado, tudo na vida tem de ser feito de equilíbrio. A diferença entre um veneno e um remédio é a quantidade. A mesma substância tanto pode matar como pode dar vida. Depende da quantidade e, como em tudo, depende de qual é o equilíbrio, se é um equilíbrio razoável ou irrazoável.

Ou seja, capital estrangeiro quanto baste?

Quanto baste, como em tudo. Grande parte dos desafios da vida são tensões entre dois polos. Qualquer posição num dos polos é má. O que é bom é um equilíbrio na tensão entre esses dois polos.

O mecanismo de capital contingente entre a Lone Star e o Fundo de Resolução deve acabar antecipadamente?

Ele termina por natureza.

Termina no final de 2025. A questão é se faz sentido terminar antes.

Estando a situação normalizada, independentemente da data de término, terminará pela sua própria natureza. Não sei o que se passa dentro do banco,

mas aquilo que me inclinaria a pensar é que não vai haver mais necessidade.

Temos assistido a alguma tensão laboral nos bancos, inclusive com uma greve na Caixa Geral de Depósitos. A paz social nas instituições financeiras pode estar em causa?

Não tenho nenhum indicador que aponte nesse sentido. Daquilo que me é dado a ver, não estou à espera de instabilidade no setor. A associação já não tem intervenção nessas matérias. Obviamente vai haver questões pontuais, isso é inevitável, mas não estaria à espera de instabilidade significativa.

Foi reeleito por unanimidade para continuar à frente da APB. Quais vão ser as suas prioridades?

Eu sou presidente, mas lidero uma direção feita por bancos e não sou eu sozinho quem define os objetivos, são objetivos definidos pelo conjunto do setor. É uma continuidade, assegurar que a regulamentação cumpre os seus desígnios, com o menor custo possível. Muitas vezes o que vemos é que há muito tempo que a regulamentação deixou de fazer análise custo-benefício, e vemos a imposição de muitas normas cujo benefício é mínimo e cujo custo é máximo. E, portanto, é contribuir para assegurar que a regulamentação do setor melhora as condições sem impor custos desnecessários.

Como define a relação que tem com o regulador?

A relação, quer com o Banco de Portugal, quer com o Ministério das Finanças, foi sempre muito positiva. ■

Como noutra empresa, lucros da banca “são para distribuir”

Os bancos aplicam 110 milhões de euros por dia em capital, afirma Vítor Bento, presidente da associação do setor, em entrevista ao Negócios e à Antena 1.

O setor teve lucros recorde. As críticas são injustas?

Completamente, por várias razões. Olha-se para os resultados, mas não para o capital. Por exemplo, dizem que os bancos ganham 13 milhões de euros por dia. Mas posso fazer a mesma conta, dizendo que o capital dos bancos representa 110 milhões de euros por dia. O setor bancário é o que aplica mais capital na economia, e esse capital tem de ser remunerado para ser mantido e atrair investidores. 2023 correu muito bem, a taxa média de rentabilidade do setor foi de 14,8%. Mas o custo do capital, que não é um dado objetivo verificável e resulta de estimativas, ter-se-á situado à volta de 13,2%, pelas nossas contas. Pela primeira vez, a rentabilidade da banca superou o custo capital. Isto deve ser o normal.

Como antevê 2024, dada a perspectiva de redução dos juros do BCE?

É provável que a rentabilidade entre em desaceleração.

Os lucros devem ser usados como almofadas?

Os bancos têm perfis de risco assumidamente diferentes e posicionamentos diferentes. Como em qualquer empresa, os lucros são para distribuir. A capitalização da banca é elevada, sólida e confortável. Não há necessidade de continuar a acumular capital. Ha-

verá bancos que vão distribuir dividendos e outros que, por prudência e pela sua situação particular, preferem acumular.

Podem surgir medidas do Governo que interfiram com a rentabilidade?

Espero que não, acredito na racionalidade e no bom senso do Governo.

A banca está disponível para continuar a apoiar medidas ou com a descida dos juros há condições para elas terminarem?

A banca está sempre disponível para ajudar os clientes. Parte das medidas provavelmente cairá por natureza, porque, com as taxas de juro a descer, a chegada a certos tectos que desencadeavam a fixação de taxas deixam de existir.

Deve haver mais crédito?

Sim, sobretudo do lado da procura. Do lado da oferta nunca houve uma restrição significativa. A que existe é a da qualidade. Os bancos só emprestam a quem tem perspectiva de poder pagar.

E nos depósitos?

Antes da crise financeira, por cada euro de depósitos, os bancos emprestavam 1 euro e 20 ou 30 céntimos. Hoje, emprestam 80 céntimos, ficam com 20 céntimos em excesso. Não têm de disputar recursos e isso pode criar uma dinâmica de atualização de taxas mais lenta.

Assim como deve agora acontecer o inverso?

Provavelmente, não lhe sei dizer porque não estou na gestão dos bancos. ■

Respostas rápidas

QUELIMANE

Uma cidade onde vivi pouco tempo, mas ficou-me no coração. É quase a minha segunda terra.

FMI

Frequentei cursos no FMI e fiz parte da equipa que liderou no segundo programa de ajustamento nos anos 80.

IGCP

Uma obra de que muito me orgulho e vejo com satisfação que tem mantido a base cultural.

EURONEXT

Tem feito um bom trabalho, mas precisa de expandir-se, o que não depende apenas da sua vontade.

CORRUPÇÃO

Um mal social que tem de ser, se não eliminado, pelo menos contido em valores muito reduzidos.

NOVO AEROPORTO

É um exemplo do nosso mau funcionamento e da nossa dificuldade em tomar decisões.

SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO

O ressuscitar de um problema que já devia ter sido resolvido.

EUTANÁSIA

Continua a dividir a sociedade, mas vai fazendo o seu caminho.

AMBIÇÃO

Deve-nos conduzir sem perder o sentido da realidade, porque é na terra que estão as pedras onde podemos tropeçar.

JARDINAGEM

Uma atividade a que me dedico quando posso para descontraír.

FILHA

O meu bem mais precioso... enfim, neste momento já divide esse papel com os netos.

SAUDADE

Não é sentimento que cultive.

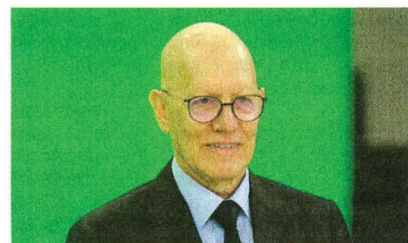
PORTUGAL

O nosso país, o país que eu amo e que eu gostaria de ver melhor, requer o contributo de todos.

VÍTOR BENTO PRESIDENTE DA APB

Banca quer reunião com Finanças sobre “excesso da tributação extra”

Convencido que o adicional de solidariedade – uma das contribuições extraordinárias sobre a banca – vai cair, Vítor Bento vai pedir a Miranda Sarmento uma reunião onde vai expor a sua argumentação sobre o tema.



HUGO NEUTEL
hugoneutel@negocios.pt
ROSÁRIO LIRA, ANTENA 1
SÉRGIO LEMOS
Fotografia

O presidente da Associação Portuguesa de Bancos vai colocar em cima da mesa de Miranda Sarmento o tema das contribuições extraordinárias, avança Vítor Bento em entrevista ao Negócios e à Antena 1.

Os bancos queixam-se há muito das contribuições extraordinárias. Tem expectativa que com o novo Governo elas possam ser reduzidas ou mesmo eliminadas?

Sim. Não conheço país nenhum onde haja um conjunto de contribuições extraordinárias sobre a banca como em Portugal. Há a contribuição sobre o setor bancário, para o Fundo de Resolução Nacional, para o Fundo de Reso-

lução Único Europeu, o adicional de solidariedade e estarei a esquecer-me de alguma. Elas distorcem o funcionamento da economia, incidindo apenas sobre as instituições sediadas em Portugal. Isto cria-lhes uma desvantagem competitiva com outras que operam também em Portugal, mas não estão cá localizadas e podem vir concorrer nos negócios mais rentáveis. É um desequilíbrio que em última instância é a desfavor da economia.

Vai apresentar essa argumentação ao Governo?

Temos apresentado junto dos vários governos e apresentaremos também a este.

Mas essa intenção não constou do programa eleitoral.

Ai entramos no conflito entre o que é necessário, desejável e possível e o que é popular. Vivemos tempos, não apenas em Portugal, de um agudizar dos populismos.

Grande parte das propagandas são destinadas a acicatar reações emocionais e nem dão tempo a um processo reflexivo que leve a decisões ponderadas. Muitas vezes é preciso tomar decisões populares mesmo que não sejam boas. Tenho a expectativa que quem tem que decidir se concentre mais nas decisões boas do que nas populares, mas desconheço que isso cria dificuldades.

No caso das contribuições extraordinárias, esse contexto pode ter consequências?

A consequência que pode ter é não se porem em prática as medidas razoáveis, que eram acabar com elas ou parte delas.

Acabar, não apenas reduzir?

Há os dois caminhos. O desejável é acabar. As empresas devem estar sujeitas a um sistema fiscal. A fiscalidade deve ser uniforme, estável, racional, razoável e igual para todos os setores.

Vai pedir uma reunião ao ministro das Finanças?

Sim, faz parte das nossas funções interagir com os órgãos que ao nível do Governo têm a tutela do setor. Não vou fazer isso já para a semana, porque imagino que o ministro das Finanças tem muito com que se preocupar no primeiro embate e tem de arrumar a casa. Quando chegamos a uma casa nova, por muitas ideias que tenhamos, há arrumações a fazer.

Haverá algum pedido em concreto nessa reunião?

Uma preocupação é o excesso de tributação extraordinária. O adicional de solidariedade foi objeto de uma recomendação da Provedora de Justiça ao ministro das Finanças para que fosse eliminada, recomendação que não foi cumprida. Tem vindo a ser derrotada nos recursos dos bancos nos tribunais, tendo já chegado ao Tribunal Constitucional com uma decisão de inconstitucionalidade.

É provável que caia? Sim.

Os bancos não poderiam baixar as comissões?

Isso já aconteceu, em 2023 o volume total de comissões baixou.

Baixar o volume não significa que as comissões baixem.

Se baixou o volume e a atividade cresceu, terão baixado também em percentagem.

Que efeito tem a situação atual na imagem da banca?

Se virmos a opinião publicada, constatamos que a população desconfia da banca, não gosta. Mas em situações concretas, as pessoas gostam dos bancos. Os bancos realizam frequentemente inquéritos de satisfação aos clientes e os resultados são muito positivos. As pessoas gostam dos seus bancos, mas depois não gostam da banca enquanto agregado. É um paradoxo que não sei explicar. ■

Sérgio Lemos

CONVERSA CAPITAL
VITOR BENTO

“Prioridade à dívida. Não estamos folgados”

Banca quer reunir com as Finanças sobre “excesso da tributação extra”.

PRIMEIRA LINHA 4 a 8

